

RESUMO - DIREITO PRIVADO

ALIENAÇÃO PARENTAL À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA: GARANTIA DO DIREITO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES À CONVIVÊNCIA FAMILIAR

Francisco Santos Pereira (phranpereira10@gmail.com)

Marcos Vinícius Duarte Sousa (mviniciusduarte2@gmail.com)

Daniela Santana Dos Santos Alves (dannyyssa30@gmail.com)

*Lidianne Kelly Nascimento Rodrigues De Aguiar Lopes
(lidiannelopes@professor.uema.br)*

O presente estudo analisa o impacto da alienação parental no contexto das relações familiares, uma vez que tal prática interfere na formação psicológica da criança ou do adolescente, na medida em que se configura quando um dos genitores ou responsável legal exerce estratégias manipulativas ou depreciativas para afastar a criança do outro genitor, induzindo a quebra do vínculo afetivo e da convivência familiar. Assim, o presente resumo tem como problema de pesquisa: como as decisões dos Tribunais Superiores têm garantido o direito constitucional das crianças e adolescentes à convivência familiar em casos de alienação parental? O objetivo geral do estudo é analisar de que forma as decisões dos Tribunais Superiores têm assegurado o direito

constitucional à convivência familiar de crianças e adolescentes em situações de alienação parental, considerando os fundamentos jurídicos adotados pela Lei nº 12.318/2010. Nesse sentido, tem-se como objetivos específicos, a verificação da efetividade das decisões judiciais na recomposição do vínculo afetivo e da convivência familiar, a identificação dos fatores que motivam os genitores ou responsáveis legais na adoção de atos de alienação parental e avaliar os desdobramentos socioemocionais no desenvolvimento da criança envolvida. A justificativa decorre da relevância social do tema, demanda de atuação multidisciplinar para sua prevenção e enfrentamento, bem como o silenciamento do direito à afetividade entre filho e genitor em casos práticos. A metodologia empregada consiste em pesquisa bibliográfica e documental, com análise de legislações e jurisprudências.

Palavras-chave: alienação parental; afetividade; direito à convivência familiar; criança e adolescente.